

MILTON SCHWANTES

AGEU

Coleção

Comentário Bíblico Latino-Americano



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

1. INTRODUÇÃO 15

O contexto 15

O panfleto 22

O mensageiro 24

A mensagem 29

2. É TEMPO DE TEMPLO (1,1-15a) 39

Uma narração 41

Uma composição de ditos proféticos 41

Sua poesia 42

A estrutura 43

1º Dia e 24º dia do 6º mês 44

“Construí... E eles ouviram” – Os conteúdos 45

Em resumo 55

3. FICAI FIRMES! TRABALHAI! (1,15b-2,9) 57

A poesia e sua disposição 58

Uma composição? 59

7º mês, 21º dia 60

“Ficai firmes! Trabalhai!” – Os conteúdos 61

Em resumo 66

4. NAQUELE DIA: UM NOVO DAVI (2,10-23) 67

Uma composição 68

24º dia, 9º mês 70

Não aos persas! (v. 10-14) 71

Haverá comida! (v. 15-19) 75

Um davidida, meu servo! (v. 20-23) 79

Em resumo 83

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS 85

APRESENTAÇÃO

A 1ª edição foi de 5 mil exemplares. Alegro-me vê-los esgotados. Espero que leitoras e leitores tenham tido alegria na leitura. Desejo que o comentário tenha ajudado na interpretação de Ageu, um desses profetas profundamente inovadores.

Tenho muita alegria em ver este comentário traduzido para o espanhol, em Buenos Aires, e para o italiano, em Roma. Isso significa que foram atingidos leitores e leitoras de outros contextos que o brasileiro; fico feliz que tenham tido acesso à interpretação de Ageu que proponho neste comentário.

Li algumas avaliações e apreciações críticas de minha proposta para a interpretação de Ageu. Ficarei feliz se outras avaliações se seguirem à presente nova edição. Duas de minhas sugestões, certamente, são decisivas para esta minha interpretação de Ageu. Dizem respeito à terceira unidade: 2,10-23. Em 2,10-14, defini que o conceito “este povo” se refere aos ricos em Jerusalém, e “esta nação” diz respeito aos samaritanos. E de 2,20-23 deduzo uma referência aos persas (vv. 21-22) e ao aniquilamento profético de seu poder de dominação contra Judá e Jerusalém. A interpretação que proponho para Ageu muito tem a ver com a compreensão dessas unidades literárias do final do livro. Agradecerei pelo debate em torno destas minhas propostas hermenêuticas. Entrementes inclusive foi publicado o comentário de meu professor orientador de doutorado em Heidelberg, em 1970 até 1974, o Prof. Dr. Hans Walter Wolff (*Dodekapropheten 6 — Haggai*, Neukirchen, Neukirchener Verlag, 1986, 100p. [Biblischer Kommentar Altest Testament 14/6]). Divergimos quanto à interpretação dos dois textos acima mencionados, o que poderá enriquecer e inquietar a curiosidade de leitoras e leitores para novas definições e inovadores entendimentos de Ageu.

Fiz inovações e adequações nesta edição. Mas não fiz mudanças muito profundas, porque gostaria que minha proposta de interpretação continuasse em debate. Ora, um comentário não está aí para fechar assuntos, mas para apresentar propostas de leitura que venham a ser alteradas, negadas ou inovadas a partir de novas exegeses. É esta a ideia deste comentário. Nele se sugere. Abrem-se assuntos. Aí nada está fechado, tudo permanece aberto para o novo.

Afinal, este é o caminho com a Bíblia. Nela se busca o novo, o mais adequado para os dias e os contextos que se vive. Um comentário abre conversa. Não a encerra. Gostaria, pois, que se continuasse a dialogar e a conversar, antes de mais nada, com Ageu e depois – muito depois – com minhas sugestões de leitura.

Ageu me impactou quando, na década de 1980, assumi a tarefa de comentá-lo, quando iniciávamos o Comentário Bíblico Latino-Americano. Este profeta me convidou para um novo jeito de ler a profecia pós-exílica. Em Ezequiel e no Segundo Isaías (Is 40-55), as alterações de enfoque já se manifestam claramente, e em Ageu, Zacarias e Malaquias elas se tomam ainda mais manifestas.

O novo nesta profecia exílica e dos começos do pós-exílio vai se manifestando. Essa novidade tem a ver com a visão do templo. Nestes decênios, o templo – a identidade judaíta e hierosolimita que restara à população remanescente – recebe nova significação. Ele que fora destinado à ruína por profetas anteriores passa a obter nova significação. Aliás, este segundo templo, inaugurado em 515, era um templo não edificado por algum Estado, alguma monarquia, algum império. Ele veio a ser, em boa medida, o templo do povo, da gente ‘leiga’. Em meio a tais circunstâncias, novas leituras e abordagens vieram a ser exigidas para a interpretação de Ageu, muito diferentes, por exemplo, daquelas necessárias para entender Jeremias, por exemplo em seus capítulos 7 ou 26.

Em 1986, dedicara este comentário à Edna e ao ato, um casal amigo desde muitos anos, lutadores na vida e que aprendi a conhecer em jovens anos de estudo de teologia e de vida pastoral dedicada às necessidades do povo, até os dias de hoje. Na igreja, estão dedicados a viver sua vida em meio à vida do povo. Agora, acrescento a este mais outro casal, igualmente especial e querido para mim. Sirley e Rui, aqui de São Bernardo do Campo (SP), se tomaram muito especiais para mim.

APRESENTAÇÃO

Rui tem seu lugar de trabalho na produção de veículos no Grande ABC; tem olhos e palavras certos quando descreve os caminhos do movimento sindical. E sua companheira, Sirley, tem cuidado com grande esmero e muita dedicação do projeto da Bibliografia Bíblica Latino-Americana, que vocês agora encontrarão na internet. A Bibliografia pertence a uma das grandes obras de sua vida! Para mim, é um privilégio poder acompanhar a vida de vocês e aprender de seus passos.

Milton Schwantes

São Paulo, 6 de janeiro de 2008

AMOSTRA

1. INTRODUÇÃO

Para aproveitar este comentário bíblico, a leitura do próprio texto é decisiva. Ele foi escrito nesta função. Ainda assim tomei a liberdade de alongar-me nesta Introdução, obviamente escrita após as pesquisas e os comentários a cada versículo. Afinal, detive-me em cada versículo e períscope. Por isso poderá ser útil incorporar uma introdução ampliada ao presente comentário a somente dois capítulos de Ageu.

Abordo quatro aspectos na presente introdução: o contexto histórico, a peculiaridade literária do presente panfleto, um elenco das características do autor e, por fim, a mensagem do livro.

O contexto

A *dominação persa* marca o contexto da profecia de Ageu. No livro, há três referências expressas aos persas: 1,1; 1,15b; 2,10. Outras tantas são implícitas, como veremos na exegese (veja 2,7-8.22-23). Pelo visto, o próprio livreto insiste em situar seus conteúdos na era persa, sob as condições opressoras dessa dominação.

Importa, pois, que interpretemos de modo contextual tanto o escrito como a fala profética nele contida. Para ver o texto, teremos de ornamentá-lo com as cores de seu tempo. Para ouvir a fala de Ageu, teremos de sintonizá-la na hora certa. Esta tarefa não é fácil. É, porém, decisiva! Afinal, as primeiras palavras do livro remetem expressamente ao contexto histórico; por meio delas, a atuação de Ageu é localizada “no segundo ano do rei Dario” (1,1).

Começemos por reunir *algumas* poucas *informações* mais gerais. Elas não só dirão respeito a nosso livro. Em boa parte, também são válidas

para Zacarias (cap. 1—8) e, na medida em que for localizado na mesma época, para o Terceiro Isaías (Is 56—66) ou partes deste.

Os persas arrancaram aos babilônios a dominação da Mesopotâmia, em 539 a.C. Lá os babilônios se haviam imposto contra os assírios. A derrocada da temível hegemonia assíria ocorrera em 612, por ocasião da conquista de Nínive, capital da Assíria. Desde então, a Babilônia assumiu o controle da Mesopotâmia e, a partir de lá, de suas adjacências. Seu soberano mais audacioso, Nabucodonosor (604-561), expandiu seu império também em direção ao Egito. Por resistir a essa expansão e por aliar-se ao Egito, Judá – essa pequena nação na Palestina – sucessivamente foi deportada (a primeira leva seguiu em 597) e Jerusalém, finalmente, foi destruída, em 587. Judá e Jerusalém foram, enfim, arrasadas para impedir que os egípcios tivessem alguma cabeça-de-ponte na Palestina. Foram trituradas na luta entre egípcios e babilônios pela hegemonia internacional.

A hegemonia babilônica foi de pouca duração. Após seu rápido auge sob Nabucodonosor, seu declínio não tardou. A leste da Mesopotâmia consolidavam-se os persas, sob Ciro (desde 559). Em 550, os persas derrotaram os medos e tomaram a capital destes, Ecbátana. Em 546, a Lídia (na Ásia Menor) caía em seu poder. Aproximava-se a conquista da Babilônia, que, sob seu último soberano, Nabonide (556-539), vivia em desavenças internas. Povos escravizados e setores dos próprios babilônios aderiram a Ciro. Foi o caso dos israelitas deportados na Babilônia (veja Is 44,24—45,7) e de parcelas do exército babilônio que se bandearam para o lado dos persas. Por fim, em 539, a capital Babel recebia Ciro triunfalmente, celebrando-o como libertador. Ciro se assenhoreara da Mesopotâmia.

Restava o Egito. Para consumir a dominação do “mundo da época”, sua conquista era o próximo grande alvo persa. Ciro tinha-a em mente, mas pessoalmente não chegou a realizá-la, ao morrer em 530. A tarefa coube a seu filho Cambises (530-522), que anexou o Egito em 525. Enquanto consolidava a hegemonia sobre o Nilo, o descontentamento ganhava vulto no restante do império. Eclodiu por ocasião da substituição de Cambises, que morrera sem deixar filhos. Seguiram-se dois anos (522-521) de lutas internas pela sucessão. Digladiaram-se diversos pretendentes. O império tendia ao esfacelamento. Enfim, impôs-se Dario I (522-486), que organizou e consolidou a dominação persa. No 2º ano deste soberano, isto é, em 520, atuou Ageu.

Feito este breve levantamento informativo sobre a conjuntura maior, podemos ater-nos aos aspectos que situam e *historizam detalhes* da profecia de Ageu. Os conteúdos por ele profetizados são flagrantemente contextuais.

Um dos grandes temas de Ageu é o templo. Este não é um assunto recente. Tantas outras vezes foi tematizado na história de Israel (confira 1Rs 5—8). No exílio do século VI, foi realçado por Ezequiel (cap. 40—48) e por outros (Is 40,9, SI 137,1-6 etc.). O templo não era, pois, uma questão nova. Contudo, em 539 assumiu perspectivas novas, inusitadas. Devo-mo-las aos persas.

Ciro era restaurador de cultos e templos. Em Babel, revitalizara o culto a Marduque (sol), que fora negligenciado por Nabonide, último soberano babilônio, que tinha sido adepto da lua. Semelhantemente, os persas também se mostraram interessados na restauração do culto e do templo a Javé, em Jerusalém. O decreto de Ciro concede a reconstrução, em 538, no ano subsequente à sua ascensão ao poder em Babel (veja Esd 6,3-5).

Os persas diferenciavam-se, pois, de seus antecessores, os babilônios e, antes destes, os assírios. A dominação assírio-babilônica fora implantada à custa da demolição de todo e qualquer suspiro de resistência por parte dos povos conquistados. Deportações e destruições de cidades e templos estavam na ordem do dia. Essa prática de aniquilamento foi a responsável tanto pela deportação e pela destruição de Israel (norte) pelos assírios em 732 e 722 como pelo arrasamento de Judá (sul) pelos mesmos assírios em 701 e de Jerusalém pelos babilônios em 597 e 587. Dela também foi vítima o templo de Jerusalém, em 587. Os persas, porém, foram diferentes. Inovaram. Seu projeto de dominação internacional reservava alguns espaços de autonomia para os povos conquistados. O espaço principal era de ordem cultural. Os persas assumiram em seu império as línguas dos povos dominados. Para as regiões siro-palestineses, o aramaico foi adotado como língua oficial. O império também favoreceu as distintas expressões religiosas de seus súditos. Por conseguinte, o decreto de Ciro estabelecendo a reconstrução do templo hierosolimita cabe no contexto do novo projeto de dominação que previa certa autonomia cultural-religiosa para os povos subalternos. Essa nova política religiosa tornava-se viável também devido a mais outra peculiaridade do novo projeto, vitorioso na arena internacional. Os persas alcançaram organizar um eficiente aparelho imperial de arrecadação de tributos, taxas e impostos, desvinculado dos santuários. O sistema provincial reunia os impostos do contribuinte.

Tributação passava a ser uma questão de administração. Desse modo, os templos se tornavam, cada vez mais, prescindíveis como núcleos arrecadadores das riquezas de Estado. Por conseguinte, o espaço previsto pelos persas para um santuário estava limitado à expressão da religiosidade – a ele estavam vedadas funções políticas. Concomitante à autonomia do religioso era o cerceamento do político. Em Ageu, aflora essa tensão. Para nosso profeta, o templo não se limita à expressão religiosa!

Para perceber melhor o posicionamento de Ageu, é imprescindível deter-se na especificidade de sua hora, em 520. Afinal, o decreto de 538 mais bem expressava uma intenção. Nele, Ciro legislava sobre um território que, de fato, nem estava em seu poder. Por certo, interessava-lhe: o caminho ao Egito passa pela Palestina; para conquistá-lo, Judá era de importância. Contudo, em 538, a invasão do Egito não passava de um projeto dos estrategistas persas. Nessas circunstâncias, o decreto de Ciro visava obter a simpatia de Judá, com vistas a seus alvos expansionistas maiores, em direção ao Nilo. Efetivamente, por meio do decreto de Ciro pouco ou nada mudou em Judá, a não ser que cessara a exploração babilônica e que a persa, de fato, ainda não se iniciara. A missão de Sasabassar (veja Esd 1,8-11; 5,14-16) não terá ido além do levantamento da situação.

A incorporação da Palestina ao império somente se efetivou em torno de 525, quando Cambises se dirigiu ao Egito. Aí Judá se tornou estrategicamente interessante. Por ocasião desta mobilização persa rumo ao Egito, novos contingentes de deportados terão regressado. Zorobabel e Josué hão de pertencer a eles (confira Esd 2; Ne 12). Abriram-se novas perspectivas para Judá e Jerusalém. A efetivação do império persa na Palestina, a partir de 525, forjava novos fatos, também em Jerusalém.

Os exilados que retornavam da Babilônia vinham imbuídos de suas propostas. Um novo templo condensava-as. Ezequiel sonhara com ele (Ezequiel 40—48). Outros esboçaram-no (Ex 25—40). Enfim, o decreto de Ciro de 538 foi uma conquista desses exilados (confira 2 Rs 25,27-30). A partir de 525, estavam, pois, dadas as condições ideais e reais para a implantação desse projeto do templo: deportados retornavam com a ideia de um novo santuário na cabeça; a política do novo império hegemônico previa a restauração dos cultos de povos dominados; os persas efetivamente haviam anexado Judá à sua dominação internacional. Essas condições que convergiram a partir de 525 refletem-se em Ageu.

A partir de 522, precipitaram-se novos acontecimentos. Enquanto Cambises se dedicara à conquista do Egito, crescera a oposição interna. Foi obrigado a retornar ao núcleo de seu império para fazer frente a seus concorrentes. Até chegara a ser entronizado um novo soberano, de nome Gautama. Ao regressar, Cambises morreu, em meio à crise e sem deixar sucessor. Ampliou-se a luta pelo poder. Articularam-se diversas facções. Povos submetidos se sublevaram. Os babilônios proclamaram sua independência sob um soberano próprio. No decorrer de 522 e 521, travaram-se muitas batalhas. Nelas a vitória coube a Dario I. Era o senhor da situação, a partir de 521. Impôs-se de modo tão contundente que veio a consolidar o domínio persa por décadas (521-485).

Ageu se situa na transição de Cambises para Dario. É profecia de um momento de instabilidade do poder dominante. É fala na crise do império. É parte da agitação que perpassou o mundo de então. Integra os movimentos liberacionistas dos povos subjugados. Nas palavras de Ageu pulsa a comoção política desse início da nova dominação internacional. Em seus ditos, ressoa o rufar da história de seus dias. Ressoa desde uma população periférica e sem importância maior, como era a Judá daqueles tempos. Em Ageu, olha-se a história desde a dependência, desde os moradores de uma terra arrasada pelos babilônios e recém-incluída na tributação persa.

Há quem postule que não se poderia auscultar a fala de Ageu a partir da momentânea instabilização do regime em 522 e 521. Diz-se que, se assim se devesse proceder, Ageu não deveria ter profetizado em 520, mas um ou dois anos antes, em meio à crise. Em 520, a manifestação de Ageu estaria chegando com atraso; neste ano, Dario já reassumira o controle da situação. A meu ver, tais objeções não são consistentes. Pelo contrário, confirmam nossa hipótese. Ora, Judá se situa na margem do grande império, aí em meio às montanhas. Nesses confins, as notícias chegam com atraso. Os movimentos de insatisfação, que sabidamente não tiveram início em Judá, que recém-começava a aquilatar as dimensões da exploração persa, tardaram a ecoar nas regiões mais distantes. Por isso, faz bom sentido afirmar que a profecia de nosso Ageu vem no bojo da instabilização da supremacia persa, na transição de Cambises para Dario.

Até aqui fazíamos uma leitura de Ageu sob o enfoque da hegemonia persa e dos exilados que em seu retomo, ainda que esporádico, a Jerusalém vinham imbuídos dos novos ventos que sopravam e que, no concreto, favoreciam a reedificação do templo, em ruínas desde 587. Trata-se de,

agora, alterar a perspectiva. Partamos dos remanescentes em Judá, perguntando-nos de que modo absorviam os novos ares da política persa.

Tal propósito talvez cause estranheza. Via de regra, pensa-se que Judá teria sido despovoada por ocasião da destruição de Jerusalém, das deportações e consequentes emigrações. Mas, de fato, a maior parte da população, em especial os camponeses judaítas, permaneceu. Até foi favorecida pelos conquistadores babilônios (Jr 39,10; 2 Rs 25,12). Em Judá, a vida continuou após 587!

Esses remanescentes judaítas elaboraram textos bíblicos importantes. A grande obra historiográfica que abarca os livros de Deuteronômio, Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis (a assim chamada obra historiográfica deuteronômista) deve ter sido compilada em Judá, por volta de 560. O livro de Jeremias teve origem entre os que permaneceram na terra. O mesmo se pode dizer de Obadias/Abdias, das Lamentações de Jeremias e de outros textos mais. Podemos, pois, atribuir grande criatividade literária aos remanescentes, o que lhes atesta dinamismo social. Portanto, após 587 Judá não se acomodou aos vitoriosos babilônios. Resistiu. Sobreviveu. Forjou seu futuro.

Entre os remanescentes foram exercitados diversos projetos para o futuro. Aqui, não vem ao caso delinear-los e evidenciar quanto estão enraizados no tribalismo. Basta realçar o que importa para nosso contexto. O templo visivelmente não ocupava lugar central nos anseios dos judaítas, à diferença dos exilados, que lhe davam primazia. Destaque recebia a expectativa de um novo rei: amigo dos pobres (SI 72, Jr 22,15-16), destituído de aparato de poder (Dt 17,14-20), crente em Javé (2 Rs 22—23), avesso à idolatria (1 Rs 11—12), semelhante a um líder tribal (Jr 30—31) e, por certo, muito diferente dos reis que provocaram a catástrofe da destruição de Jerusalém. Após meio milênio de davidismo, não é de estranhar que o soberano esperado seria descendente de Davi. Sabemos que justamente os camponeses judaítas eram adeptos do davidismo (confira 2 Rs 11,17-20; 21,24).

Esse davidismo judaíta veio a ser nutrido por uma particularidade da administração que se impusera através de Ciro: os persas costumavam incluir em seu aparelho de Estado, obviamente em funções subalternas, representantes dos povos dominados. Essa foi a prática persa na Babilônia. E o que também sucedeu em Judá. Para aquela região distante, os próprios judaítas foram feitos funcionários persas. Para tais tarefas, os mais apro-

priados eram os que tinham prática administrativa: os descendentes dos antigos soberanos hierosolimitas que, no exílio, inclusive haviam atuado junto à corte babilônica (2Rs 25,27-30). Por conseguinte, os persas acabaram enviando para Judá davididas como seus funcionários. Sasabassar (Esd 1,8-11; 5,14-16) já deve ter sido um davidida; é chamado de “príncipe de Judá” (Esd 1,8) e talvez seja filho do rei Jeconias/Joaquim, deportado em 597 (Senazar = Sasabassar? – confira 1 Cr 3,18). Zorobabel em todo caso é davidida. É neto de Jeconias/Joaquim (1 Cr 3,17-18). Também nos casos de Esdras e Neemias, os persas se valeram de gente do próprio povo dominado para executar obras ou missões favorecidas pelo império. Aqui nosso interesse está voltado para Zorobabel. Leva o título de um funcionário persa. Costumamos traduzi-lo por “governador de Judá” (Ag 1,1.14; 2,2.21; confira Esd 5,14). Na época, Judá estava longe de ser província. Por isso, nem convém falar de “governador de Judá”. Zorobabel era uma espécie de “intendente” ou “comissário” local. Em todo caso, vinha investido da autoridade imperial, ao retomar a Jerusalém, por volta de 525.

Pelo visto, para persas e judaítas Zorobabel representava valores distintos. O império servia-se dele e de pessoas semelhantes para enraizar o sistema provincial dominante nas tradições do povo conquistado. Enviando Zorobabel como seu funcionário, os persas tratavam de perenizar seus interesses em Judá. Outra é a leitura feita pelos camponeses remanescentes. Para estes, a expectativa messiânico-davídica servira de estrela-guia nos decênios anteriores. Havia feito culminar a história do reinado na libertação de Jeconias/Joaquim (2 Rs 25,27-30), cujo neto era Zorobabel. Entre os remanescentes, a volta de Zorobabel foi lida segundo os parâmetros de suas esperanças. Cresceu a chama liberacionista. Reanimaram-se os sonhos de autonomia nacional. Tais propostas afunilaram-se na pessoa de Zorobabel, vindo como agente persa, mas recebido por remanescentes judaítas como novo Davi!

Entendo que, na profecia de Ageu, o *davidismo* desempenha papel preponderante. Nele culmina o livro (2,20-23)! Nele está a superação da dominação persa (2,6-7.21-22)! A mística davídica é mais relevante do que a do templo. O messianismo davídico parece-me, pois, decisivo para a hermenêutica de Ageu. O comentário tratará de exercitá-lo no detalhe.

Em *resumo*: em Ageu transpira seu contexto histórico: a nova política do império persa, o retomo de exilados por ocasião da expedição militar

ao Egito, a crise na sucessão de Cambises e, em especial, as práticas e esperanças dos remanescentes judaítas. Na profecia de Ageu, aflora sua hora.

Por fim, convém adicionar mais dois esclarecimentos. Por um lado, saliente-se que muito do que aqui foi observado também vale para a interpretação de Zacarias e, se forem datados nesta época, para certos capítulos do assim chamado Terceiro Isaías (Is 56—66). Não dei ênfase maior à explicitação dessas correlações, em si evidentes, para concentrar-me em Ageu.

Por outro lado, na descrição dos acontecimentos históricos em Judá após 538, divergi, parcialmente, dos dados apresentados por Esdras 1—6. A avaliação historiográfica desses primeiros capítulos de Esdras está em discussão. Aqui não podemos detalhar a questão. O problema reside em que os primeiros capítulos de Esdras provavelmente antecipam para logo após o decreto de Ciro acontecimentos que sucederam em tomo de 520. A consulta a um livro sobre a história de Israel poderá ajudar na verificação da complexidade do assunto.

O panfleto

Nossos dois capítulos, 38 versículos ao todo, não representam um livro. Constituem um panfleto, originalmente escrito numa folha de papiro ou de pergaminho e destinado à fácil circulação entre os interessados. Tais panfletos ainda se encontram próximos à fala. Estão em sua continuação, por isso são breves e concisos.

É de alguma relevância caracterizar de panfleto nossos dois capítulos. Pode-se percebê-lo ao diferenciar o panfleto do livro ou do documento. Estes pressupõem um anterior processo de sedimentação dos episódios anotados. Encontram-se a uma distância maior. Já o panfleto ainda deixa transparecer a agitação da fala. Prolonga-a de um modo mais imediato. Serve-lhe de apoio.

Nosso panfleto constitui uma unidade. Pode-se verificá-lo em seu jeito de se expressar: seus versículos são perpassados por um mesmo estilo. Sua *linguagem é unitária*. Sem pretender ser exaustivo, anoto alguns dos sintomas mais evidentes dessa coesão de nosso panfleto. Certos versículos têm formulações idênticas: 1,1.3.12-15; 2,1.10.20. Com regularidade repetem-se certas fórmulas: “assim disse Javé dos Exércitos” (1,2.5.7.8;

2,6.7.9.11) e “dito de Javé dos Exércitos” (1,9.13; 2,4.8.9.14.17.23). Acrescenta-se ainda que no início (1,1), no decorrer (1,12.14; 2,2) e, em especial, no fim (2,20-23) o livreto se dirige preferencialmente a Zorobabel. Este estilo que caracteriza e dá coesão aos dois capítulos de Ageu também se encontra em Zacarias (confira 1,1.7; 7,1 etc.). Isso faz supor que, ao menos, a elaboração literária de ambos os escritos pode ser atribuída a círculos similares. Há quem pense tratar-se da escola cronista, responsável pela autoria de 1 e 2 Crônicas, Esdras e Neemias, o que, para o livreto de Ageu, me parece demasiado tardio (século IV ou III).

A coesão do livreto também transparece na organização de seus conteúdos. Encontram-se divididos em *três partes*. Cada uma inicia por indicações cronológicas: 1,1-15a; 1,15b-2,9 e 2,10-23. A primeira e a terceira têm quase o mesmo tamanho. A menor é a unidade do meio. O ápice evidentemente se encontra, por motivos de conteúdo, na terceira parte.

Cada uma dessas três unidades tem alguma peculiaridade. Na primeira, há realce para a narração (1,1.3.12-15a). Além disso, o destaque que nela é dado ao v. 2 parece atribuir-lhe uma função especial no panfleto. Na segunda unidade, é dada continuidade (2,3-5) a conteúdos da primeira e preparada a terceira (2,6-9). A segunda assume, pois, um papel de intermediação. A terceira unidade conduz ao auge. Este se encontra, mais precisamente, em sua segunda parte (2,20-23). Parece-me que este ápice – afirmativo – corresponde a 1,2 (ápice negativo). O ponto de chegada (2,20-23) se contrapõe, pois, ao ponto de saída (1,2). A negação inicial (1,2) é superada pela utopia final (2,23). Esta é a trajetória de nosso panfleto.

Portanto, o todo tem organicidade. As três partes se integram. Isso é obra da redação. Os compiladores do livreto deram-lhe coesão. Cunharam seu texto nesse molde tão bem disposto.

A obra desses redatores facilmente pode ser diferenciada daquelas parcelas de texto que podemos atribuir ao próprio Ageu. Os redatores narram; Ageu profetiza, *fala*. Na primeira unidade, a parte narrativa (1,1.2.12-13a.14-15a) forma a moldura para a fala profética (1,2.4-11.13b). Na segunda e, em parte, na terceira unidade a narração encaminha a profecia e não é predominante, com exceção da consulta aos sacerdotes em 2,10-14. Nela, a linguagem narrativa desempenha papel decisivo; estrutura a cena. Não me parece que nossos redatores tivessem interferido na formulação da fala profética. A principal evidência de que a parte não narrativa do panfleto é significativamente fiel à fala do próprio Ageu reside no fato de

que os discursos proféticos são uma composição de pequenos e breves ditos ou de subunidades, como mostraremos no decorrer do comentário. Pode-se dizer que as profecias de nosso livreto estão muito próximas da atuação de Ageu. Penso que até mesmo as fórmulas introdutórias (1,2,5 etc.), intermediárias (1,9; 2,4 etc.) ou conclusivas (1,8.13; 2,4 etc.) podem ser atribuídas a nosso profeta. Provêm de suas falas públicas. A fala de Ageu é poética, ao menos parcialmente. Em alguns momentos, o caráter poético é transparente. No ápice do livreto, isto é, em 2,20-23, há primor na poesia.

Pelo que acima foi exposto, o mais provável é que nosso panfleto tenha surgido nas cercanias da atuação de Ageu. Sua *fala* profética foi transformada *em letra*, em Judá (ou Jerusalém?), *não muito depois de 520* e, em todo caso, *antes de 515*. Há bons argumentos para dizê-lo de modo tão categórico. Se os compiladores estivessem em 515, certamente teriam feito alguma alusão à inauguração do templo, à semelhança do que observam a respeito do início das obras (1,14-15a). Aliás, se tivessem diante de si as obras em pleno andamento, teriam anotado algo sobre a ameaça de paralisação das obras (confira Esd 5,3-6,13). De acordo com Esdras 6,14, Ageu ainda teria atuado nessa ocasião. Além disso, se o livreto tivesse surgido a certa distância de 520, leríamos nele algo sobre Zorobabel, que não veio a desempenhar o papel que a ele se atribuía. Há, pois, bons indícios de que o escrito panfletário foi posto em circulação pouco tempo depois dos meses de atuação de Ageu. Poderíamos datar essa redação em 519? Por ela, devem ser responsáveis círculos de apoio ao profeta. Digamos que se trata de levitas. Para chegar a uma certeza maior, far-se-ia necessário comparar a redação de Ageu com as de Zacarias, do Terceiro Isaías (Is 56—66) e da obra cronista.

O mensageiro

Obtemos informações sobre Ageu em nosso panfleto e em Esdras (5,1-2; 6,14), sendo estes provavelmente dependentes daquelas. Neste caso, a melhor *fonte* sobre Ageu continua sendo o pouco que sobre ele nos é dito em nosso livreto. Contudo, nessas “fontes”, Ageu é personagem secundário. O olho está posto nas tarefas por ele realizadas, não em sua pessoa.

Convém ressaltar, de início, que o próprio Ageu nada faz chegar a nós a respeito de si. O que dele conhecemos chega a nós por meio de outros,